

SUMÁRIO

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL MILITAR	20
<i>Índice Sistemático do Código Penal Militar</i>	16
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	73
<i>Índice Sistemático do Código de Processo Penal Militar</i>	68
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	147
<i>Índice Sistemático do Código de Trânsito Brasileiro</i>	146

ESTATUTOS

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)</i>	209
LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	
<i>Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.</i>	212
LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014	
<i>Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.</i>	219

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	
<i>Lei das Contravenções Penais</i>	228
DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941	
<i>Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940) e à Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688, de 03 de outubro de 1941).</i>	234
DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	
<i>Lei de Introdução ao Código de Processo Penal (Decreto-Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941)</i>	236
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951	
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular</i>	238
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	240
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956	
<i>Define e pune o crime de genocídio</i>	241

DECRETO Nº 56.435, DE 8 DE JUNHO DE 1965	
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas.....</i>	241
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.....</i>	248
DECRETO Nº 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967	
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares</i>	251
LEI Nº 5.553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968	
<i>Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.....</i>	266
DECRETO-LEI Nº 667, DE 2 DE JULHO DE 1969	
<i>Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.....</i>	266
CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI	
<i>Adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, no dia 17 de Dezembro de 1979, através da Resolução nº 34/169.....</i>	269
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.....</i>	270
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.....</i>	273
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.....</i>	275
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.....</i>	278
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991	
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.....</i>	281
DECRETO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 1992	
<i>Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação.....</i>	282
DECRETO Nº 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992	
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.....</i>	292
LEI Nº 8.653, DE 10 DE MAIO DE 1993	
<i>Dispõe sobre o transporte de presos e dá outras providências.....</i>	305
LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995	
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.....</i>	305
LEI Nº 9.266, DE 15 DE MARÇO DE 1996	
<i>Reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, fixa a remuneração dos cargos que as integram e dá outras providências.....</i>	306

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 (EXCERTOS)	
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.....</i>	307
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997 (EXCERTOS)	
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	307
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997 (EXCERTOS)	
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	310
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.....</i>	311
LEI Nº 9.654, DE 2 DE JUNHO DE 1998	
<i>Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal e dá outras providências.....</i>	313
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999	
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.....</i>	316
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.....</i>	319
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	322
LEI Nº 9.883, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1999	
<i>Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências.</i>	324
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.....</i>	326
DECRETO Nº 3.897, DE 24 DE AGOSTO DE 2001	
<i>Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências.....</i>	329
LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002	
<i>Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.</i>	331
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 (EXCERTOS)	
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária..</i>	331
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005 (EXCERTOS)	
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança - PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	334

LEI Nº 11.473, DE 10 DE MAIO DE 2007	
<i>Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei 10.277, de 10 de setembro de 2001.</i>	337
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	339
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012	
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências</i>	347
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	349
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	349
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014	
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	355
LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014	
<i>Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.</i>	355
RESOLUÇÃO CNJ Nº 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015	
<i>Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.</i>	356
LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016	
<i>Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.</i>	363
LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016	
<i>Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.</i>	365
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	365
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	367
LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017	
<i>Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	369

LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017	
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.....</i>	373
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	
<i>Institui a Lei de Migração.....</i>	374
RESOLUÇÃO DO CNMP Nº 181, DE 7 DE AGOSTO DE 2017	
<i>Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público.....</i>	389
LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018	
<i>Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.....</i>	398
LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018	
<i>Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.</i>	399
PROVIMENTO OAB Nº 188, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018	
<i>Regulamenta o exercício da prerrogativa profissional do advogado de realização de diligências investigatórias para instrução em procedimentos administrativos e judiciais.....</i>	412
LEI Nº 13.812, DE 16 DE MARÇO DE 2019	
<i>Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)...</i>	413
LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019	
<i>Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.....</i>	416
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	417
LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020	
<i>Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.</i>	421
LEI Nº 14.069, DE 1º DE OUTUBRO DE 2020	
<i>Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro.</i>	422
RESOLUÇÃO Nº 23.640, DE 29 DE ABRIL DE 2021	
<i>Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais.</i>	423
LEI Nº 14.232, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021	
<i>Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).....</i>	424
LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022	
<i>Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e</i>	

<i>das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.</i>	425
LEI Nº 14.540, DE 3 DE ABRIL DE 2023	
<i>Institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.</i>	431
LEI Nº 14.541, DE 3 DE ABRIL DE 2023	
<i>Dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.</i>	432
DECRETO Nº 11.615, DE 21 DE JULHO DE 2023	
<i>Regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm.</i>	433
LEI Nº 14.597, DE 14 DE JUNHO DE 2023 (EXCERTOS)	
<i>Institui a Lei Geral do Esporte.</i>	452
LEI Nº 14.735, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023	
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, dispõe sobre suas normas gerais de funcionamento e dá outras providências.</i>	455
LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024 (EXCERTOS)	
<i>Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	465

REGIMENTO INTERNO E REGULAMENTO ADMINISTRATIVO

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (EXCERTOS).....	469
REGULAMENTO ADMINISTRATIVO DO SENADO (EXCERTOS).....	469